

13 DE SETEMBRO DE 2012

AEM APRESENTA 20 MEDIDAS ESTRATÉGICAS PARA O MERCADO DE
CAPITAIS E PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA

- SUMÁRIO EXECUTIVO -

A AEM - ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS EMITENTES DE VALORES COTADOS EM MERCADO apresentou esta tarde ao Fórum CMVM/PME os resultados iniciais de um estudo desenvolvido em colaboração com a PricewaterhouseCoopers, a Vieira de Almeida & Associados e a Companhia Portuguesa de Rating.

As referidas conclusões preliminares assentam em três imperativos estratégicos (Mercado de capitais deve servir a economia real, criar as condições para a recuperação da confiança e sustentar o investimento de longo prazo), 20 medidas urgentes e mais de 100 linhas de acção.

Entre as 20 medidas urgentes apresentadas destacam-se:

- . Portugal deve adoptar a recapitalização urgente e o reforço dos capitais das empresas portuguesas como um Desígnio Nacional e o mercado de capitais deve ser usado ao serviço deste desígnio
- . O mercado de capitais deve ser incluído no plano de diversificação das fontes de financiamento das empresas portuguesas em discussão com os parceiros internacionais
- . O programa de privatizações em curso deve considerar igualmente a importância de desenvolvimento do mercado de capitais, contemplando a possibilidade de admissão à cotação das empresas a privatizar
- . As estruturas de mercado existentes devem ser adaptadas às necessidades das empresas portuguesas e da economia nacional

- . O edifício legislativo, regulamentar e recomendatório do mercado de capitais português deve ser objecto de revisão completa com base numa avaliação de custo benefício das regras ou recomendações em causa
- . O Governo deve assegurar a Estabilidade Fiscal global da economia, ou seja, certeza e previsibilidade dos impostos no mais longo prazo possível, para a economia em geral, de modo a incentivar e proteger a poupança e o investimento
- . No sistema fiscal nacional, a utilização de capitais alheios como forma de financiamento das empresas apresenta vantagens fiscais face à utilização do capital próprio.
Tendo em vista promover o processo de recapitalização das empresas portuguesas, a neutralidade fiscal, assim perdida, deve ser urgentemente recuperada
- . Devem ser criados incentivos específicos para investidores interessados em investir no mercado, em especial, em empresas de dimensão pequena e intermédia ou em grandes PME
- . Devem ser criados mecanismos que incentivem e facilitem o aumento da liquidez do mercado, mas no estrito respeito pelos fundamentais económicos e estratégicos do desenvolvimento da actividade das empresas
- . A Governação da Bolsa deve ser participada, por investidores e emitentes, e orientada pelo seu interesse de médio e longo prazo: constituir um mecanismo eficiente de financiamento da economia

No estudo agora apresentado surgem ainda propostas relacionadas com a recuperação da confiança, a avaliação periódica da performance do mercado, a redução dos custos a cargo das empresas e dos investidores, a simplificação das exigências associadas à admissão ao Mercado, o melhor enquadramento regulatório para empréstimos obrigacionistas a longo prazo, a facilitação no acesso a notação de risco e análise financeira entre outros.

Conforme explica o Director Executivo da AEM, “as propostas agora apresentadas pela AEM não constituem uma resposta às medidas de austeridade apresentadas pelo Governo na passada terça-feira, mas na medida em que apontam um caminho alternativo de crescimento da economia, através da utilização eficiente do mercado de capitais, julgamos que constituem um contributo importante para ajudar o Governo a enfrentar os desafios que nos são colocados com o menor prejuízo possível para a sociedade, para as empresas e para os seus trabalhadores”.

Contacto:

AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados Em Mercado

Abel Sequeira Ferreira, Director Executivo

Tlf.: +351 21 820 49 70

abel.ferreira@aem-portugal.com

Notas:

A AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado é a associação que representa, em Portugal e na União Europeia, as empresas emitentes nacionais.

A Associação conta, entre os seus membros fundadores, com a totalidade das empresas e grupos emitentes representados no Índice PSI-20, bem como um conjunto das empresas mais representativas do PSI-Geral.

Associação sem fins lucrativos, a AEM tem como objectivo central e primeiro o bom desenvolvimento de um mercado de capitais nacional moderno, transparente e sustentável, que constitua uma fonte de financiamento relevante e possa contribuir de modo significativo para o aumento da competitividade das empresas portuguesas e para o crescimento económico do país.

Com a constituição da AEM ficou igualmente suprida uma importante lacuna do sistema institucional português o qual carecia de uma organização de natureza privada com aptidão para promover a reflexão sobre o desenvolvimento e modernização do mercado de capitais português, e que pudesse representar a voz comum e o interesse colectivo das empresas emitentes de valores mobiliários, e dos seus accionistas, em todos os temas com relevância para a respectiva actividade.

O Director Executivo da AEM, Abel Sequeira Ferreira é igualmente membro do Conselho Directivo da European Issuers, a primeira associação de âmbito europeu na defesa e representação dos interesses das empresas emitentes junto das instâncias comunitárias, e que agrega os representantes de 15 países e um total de 9.200 empresas emitentes correspondentes a uma capitalização bolsista de cerca de 8 500 milhões de euros.